



## FPE precisa ser redefinido ainda em 2012, alerta Gilmar Mendes

Se o Congresso Nacional não votar novas regras de partilha até 31 de dezembro, governadores entrarão em 2013 sem dinheiro do Fundo de Participação dos Estados. Romero Jucá defende rapidez na votação, porque projeto depois precisará ser analisado pela Câmara dos Deputados



Jucá (E) pediu acordo aos líderes partidários para aprovação do FPE pouco antes de Gilmar Mendes advertir sobre o prazo durante o seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*



Moreira Manz/Agência Senado

**A**té o fim do ano, o Congresso deve buscar um acordo para aprovar as novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O alerta foi feito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes durante o seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*, concluído sexta-feira no Auditório do Interlegis.

Há três anos, o STF considerou inconstitucionais as normas atuais, e o prazo para novos critérios acaba em 31 de dezembro.

No Plenário, Romero Jucá fez um apelo aos líderes partidários para que as regras sejam aprovadas pelo Senado no início de novembro. Como acredita que ainda assim não haverá

tempo de aprovação na Câmara dos Deputados, propõe que se peça ao STF prorrogação por mais dois anos.

No seminário, economistas defenderam negociação também para temas como o uso do ICMS na chamada guerra fiscal e a divisão dos royalties do petróleo. **3**

**TV Senado e TV Câmara inauguram hoje sinal aberto digital em UHF em Porto Alegre **2****

**Companhias aéreas podem ser obrigadas a detalhar informações sobre as tarifas **2****

**Para Cristovam, Brasil precisa de rede federal de educação básica nos municípios **2****

**Comissões tiveram agenda movimentada ao retomarem ritmo normal de trabalho **4****



Waldemir Baretto/Agência Senado

### Editoras universitárias ganham homenagem do Congresso

Em sessão solene, o Congresso Nacional homenageou os 25 anos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu). Segundo o senador Cristovam Buarque,

as editoras ligadas às universidades devem ajudar a combater o analfabetismo funcional (quando o adulto sabe ler, mas não consegue compreender o que lê). **4**

Cristovam Buarque fala na sessão de homenagem à Abeu, observado por Tomás Correia, Carlos Alberto Torres Gianotti e Eduardo Salomão

# Ana Amélia anuncia sinal da TV Senado em Porto Alegre

Transmissão em rede aberta vai ampliar para mais de 1 milhão de gaúchos o acesso ao conteúdo de emissoras do Congresso Nacional, já disponível em canais pagos e por antena parabólica

SERÁ INAUGURADO HOJE o sinal digital aberto UHF da TV Senado e da TV Câmara em Porto Alegre, conforme Ana Amélia (PP-RS) anunciou sexta-feira. A parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul vai assegurar para mais de 1 milhão de gaúchos o acesso ao sinal das duas emissoras, já disponível nas TVs por assinatura e por antena parabólica.

Segundo a senadora, as câmaras municipais poderão procurar a TV Câmara e a TV Senado para transmitirem informações locais. Ana Amélia citou as redes sociais da internet, principalmente Twitter e Facebook, como ferramentas de aproximação dos legisladores com o público. Para ela, o Alô Senado e os sites pessoais

dos senadores, aliados à TV Senado e à Rádio Senado, são ferramentas poderosas para que as pessoas conheçam o trabalho dos parlamentares.

Lembrando o tempo em que era comunicadora, Ana Amélia afirmou que os meios de comunicação levam cidadania às pessoas. Como exemplo, citou audiências públicas realizadas em vários estados sobre temas como Código Florestal, seguro agrícola, assimetrias do Mercosul, endividamento dos pequenos agricultores, acidentes de moto, entre outros, que foram transmitidas pela TV Senado.

## Prêmio de jornalismo

A senadora elogiou os veículos de comunicação do Senado, como a revista *Em Discussão!*, produzida pela equipe do

Jornal do Senado, que estará na próxima Feira do Livro em Brasília, no dia 10 de novembro. A 13ª edição da revista terá como tema principal a segurança no trânsito de motocicletas. A senadora destacou que o assunto motivou também a série de reportagens da Rádio Senado "Globo da Morte — os perigos do trânsito para motociclistas", que concorreu ao 19º Prêmio CNT de Jornalismo.

Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a senadora na luta contra acidentes de moto.

— A moto está fazendo de algumas cidades brasileiras a paisagem que se tem de cidades que saíram de guerra civil, onde a mutilação é por causa de minas, por causa de balas. A gente não pode deixar — disse o senador.

# Aéreas podem ter de passar mais detalhes sobre tarifas

Seja nas vendas pela internet, seja nas vendas em loja física ou pelo telefone, as companhias aéreas poderão ser obrigadas a dar mais detalhes sobre a tarifa cobrada ao consumidor. A medida altera o Código Brasileiro de Aero-náutica (Lei 7.565/86) e está sendo proposta no Projeto de Lei do Senado (PLS) 364/12, de Ivo Cassol (PP-RO).

Independentemente do meio de comercialização utilizado, a empresa deverá informar ao comprador a quantidade de assentos disponíveis e vendidos em cada classe tarifária, além dos custos e das restrições aplicáveis a cada uma das faixas de preço praticadas, incluídas aí as tarifas cheia e promocional.

Esses dados deverão ser repassados ao consumidor com detalhamento por itinerário, data e horário do voo. Ao estabelecer as exigências, a intenção do projeto, segundo o parlamentar, é aprimorar os padrões de proteção dos usuários dos serviços de transporte aéreo.



Cassol diz que o objetivo do projeto é aprimorar a proteção aos usuários

Na justificativa da proposta, o senador afirma que a base na qual são calculados os descontos promocionais anunciados ao consumidor raramente é divulgada. Ele alertou que esse fato é particularmente grave porque eventuais cobranças por bagagem acima do limite permitido são feitas à razão de 0,5% ou 1% da tarifa por quilo em excesso.

O projeto começou a tramitar na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votado em decisão terminativa. Se não houver recurso, o texto não precisa ser analisado pelo Plenário.



TV Senado dará espaço às câmaras municipais para transmissão de notícias locais



Ana Amélia cita Twitter e Facebook como ferramentas de aproximação

# Cristovam: 86% da rede de ensino médio é estadual

Para reforçar a defesa da federalização da educação de base, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, admitiu, em encontro com o Conselho Nacional de Secretários de Educação, que vai ser difícil aplicar qualquer mudança no ensino médio porque 86% da rede é gerida pelos estados.

Para o senador, como o governo federal não pode intervir nas redes estaduais, deveria criar rede própria no ensino básico nos municípios para alcançar as mudanças

necessárias. Ele sugere ações gradativas, a começar pela oferta de escolas para as crianças menores ou ações concentradas por municípios, com vagas para todos os níveis.

— E outra constatação de que a proposta de federalização não está errada é que, no Distrito Federal, onde os professores são pagos pela União, conseguimos dar a eles salários de R\$ 3.600, em média. O Brasil inteiro paga pela educação no DF. Sou coerente: não quero tirar isso do DF, mas espalhar pelo Brasil inteiro — acrescentou.

Pelos cálculos do senador, a universalização do ensino de base federal poderá ser alcançada dentro de 20 anos, ao custo de 8,6% do produto interno bruto (PIB) a cada ano. O restante dos 10% do PIB que estão sendo debatidos no novo Plano Nacional de Educação (PNE) seria destinado às universidades e demais setores.

Por considerar que o Ministério da Educação se dedica quase exclusivamente ao ensino universitário, ele também defende a criação do Ministério da Educação de Base.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO: Discursos

14h A sessão plenária de hoje é não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

TERÇA

### SEMINÁRIO: Palestra de Benilton Bezerra

18h30 A segunda etapa do Fórum Senado Brasil, no Auditório do Interlegis, vai debater a primeira década do século 21 no Brasil. "Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil" será o tema da palestra do psicanalista Benilton Bezerra.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Aníbal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Gilmar Mendes espera acordo para novo FPE

Ministro do STF participou de debate sobre federalismo sexta-feira; em Plenário, Romero Jucá fez apelo aos líderes para aprovar regras e garantir recursos aos estados em 2013

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse esperar que o Congresso Nacional busque um acordo para aprovar, até o final do ano, novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Mendes participou sexta-feira do seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*, realizado no Auditório do Interlegis, no Senado, que também contou com a participação de economistas e acadêmicos (*leia mais nesta página*).

As regras atuais do FPE foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo, que determinou prazo de 36 meses para que os parlamentares estabeleçam novos critérios. Caso o assunto não seja decidido até 31 de dezembro, os estados poderão deixar de receber repasses da União.

— Parece-me que seria interessante que houvesse um avanço, se possível um consenso político — disse.

Horas antes, Romero Jucá (PMDB-RR) havia feito em Plenário um apelo aos líderes partidários para que as regras do FPE sejam aprovadas no início de novembro.

O senador sugere que, depois que o texto seguir para a

Câmara, os líderes das duas Casas solicitem ao presidente do Senado, José Sarney, o envio ao STF de pedido de prorrogação por mais dois anos, porque ele considera difícil a votação na Câmara acontecer este ano.

— Não podemos ficar reféns de uma não votação da Câmara e, a partir de janeiro, acontecer o caos — alertou.

De acordo com Jucá, o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), conseguiu a concordância da maioria dos colegas para que a repartição de acréscimos futuros de arrecadação siga as regras previstas no PLS 289/11, de Jucá, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jorge Viana (PT-AC). Pelo texto, os recursos serão distribuídos com base no Índice de Desenvolvimento Humano, renda per capita, população, tamanho territorial, coeficientes e atendimento domiciliar de água tratada e de cobertura de esgoto domiciliar e proporção de unidades de conservação e áreas indígenas.

— Entendo que é uma boa construção. Se formos partir para redefinir tudo agora, criar expectativa de perda para algum estado ou ganho excessivo



Jucá propõe aprovação das regras no Senado e aumento de prazo pelo STF

para outro, não teremos uma rápida aprovação, nem no Senado nem na Câmara — disse Jucá, lembrando que um acordo de líderes possibilitaria a votação de um relatório conjunto diretamente em Plenário, em regime de urgência.

Pinheiro vai propor que o texto seja votado por consenso nas Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), e depois no Plenário.

Gilmar Mendes lembrou que o STF já julgou 14 ações diretas de inconstitucionalidade sobre equilíbrio fiscal nos últimos anos.

— É preciso encontrar um caminho para esse assunto, que é importantíssimo para o federalismo — declarou.

Para Ana Amélia (PP-RS), que participou do seminário, os senadores têm percepção clara do problema do federalismo. Ela lamentou, porém, que o debate seja realizado com foco na relação União e estados. A parlamentar reconheceu que os estados têm problemas, mas pediu mais atenção aos municípios.

— A construção política para uma saída será melhor do que um pedido para prorrogação de prazo ao STF — disse.

A atual fórmula obedece à Lei Complementar 62/89, sancionada para atender ao artigo 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, que determinava ao Congresso prazo de um ano para estabelecer as fontes de recursos do FPE e determinar critérios de rateio.

No entanto, a lei complementar estabeleceu apenas uma tabela provisória a ser aplicada até 1991, e determinou que uma norma específica definiria os critérios a partir de 1992, com dados do Censo de 1990. A lei nunca foi editada, e os coeficientes estão congelados desde então.

Diante disso, a lei foi declarada inconstitucional em fevereiro de 2010 pelo STF.

## Temas podem ter negociação conjunta

Para os economistas Fernando Rezende, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Bernard Appy, um dos diretores da consultoria LCA, a discussão e a negociação conjuntas sobre temas como o uso do ICMS na chamada guerra fiscal, a divisão dos royalties do petróleo e a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), entre outros itens, são um bom caminho para a resolução dos problemas do sistema federativo do país.

Ambos apresentaram a avaliação durante o seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*, promovido na semana passada pelo Senado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

— Quando a discussão é conjunta, pode-se olhar ao mesmo tempo perdas e ganhos, o que não apenas reduz as resistências, como também diminui o custo das compensações — declarou Appy, que já foi secretário executivo e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Tanto ele quanto Rezende, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), argumentaram que o debate facilita a negociação sobre temas que, se tratados isoladamente, geram resistências.

— A possibilidade de um acordo fica maior, porque um estado que perca com a mudança nos critérios do FPE, por exemplo, pode em contrapartida ter ganhos com uma mudança nas regras do ICMS — disse Rezende.

## Guerra fiscal

Appy defende a cobrança do ICMS no estado de destino e também uma alíquota interestadual de 4%, medidas que, segundo ele, “acabam com a guerra fiscal”.

— O Rio de Janeiro, por exemplo, ganharia com essa modificação no ICMS. E é o estado que mais recebe hoje com royalties — citou.

Rezende considera “uma boa oportunidade” tanto as discussões sobre os royalties do petróleo como a decisão do STF que exige do Congresso a definição de novas regras para a repartição dos recursos do FPE. E destacou outro tema para ser debatido: a revisão das regras do endividamento dos estados.



Mércia Kallume/Agência Senado

Seminário *Desafios do Federalismo* foi realizado na semana passada pelo Senado, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento

## Instituições fortes para evitar conflito

O professor Sérgio Prado, da Unicamp, reconheceu que as federações são sistemas naturalmente tensos, já que existem interesses locais e há a necessidade de equilíbrio nacional. Segundo ele, os recursos a serem repartidos são escassos, já que a cobrança de impostos está no limite, mesmo em países desenvolvidos. De acordo com Prado, os estados brasileiros têm pouco protagonismo no cenário nacional, com problemas recorrentes, como a dívida pública.

— A solução pode estar na busca de consolidação de instituições que permitam a negociação e evitem o conflito — declarou.

Já a servidora do Senado Flavia Santinoni Vera, doutora em Direito, falou sobre a importância de investimentos em ciência e tecnologia, tanto por parte do governo quanto por parte da iniciativa privada.

## Secretário fluminense diz que qualidade da gestão pode fortalecer entes federados

Outro palestrante do seminário, o secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Renato Villela, disse que uma gestão eficaz pode colaborar com a qualidade do gasto público e fortalecer os entes federados. Na opinião dele, o governo tem sido omissivo na discussão sobre a saúde fiscal da Federação. O secretário fluminense, no entanto, reconheceu que algumas medidas já foram tomadas, como a disseminação da gestão por resultados, a ênfase na meritocracia, a valorização da remuneração e o uso de recursos eletrônicos.

Villela vê uma espécie de maldição na política fiscal brasileira: a rigidez orçamentária, como as

vinculações perpétuas de receita e a forma engessada de operacionalização. Ele disse que no médio e no longo prazo as necessidades podem mudar devido a alterações nas questões demográficas e sociais.

— Nada garante que daqui a 50 anos tenhamos de gastar a mesma coisa em educação e saúde, mas até a Constituição trata disso. Em tese, esses percentuais são pra sempre — exemplificou.

Para Villela, a vinculação temporal não pode ficar presa ao ano civil. Em alguns casos, afirmou, secretarias estaduais se veem obrigadas a gastar “muito e mal” em dezembro apenas porque está chegando o fim do ano. Ele chegou a propor uma

tolerância de dois meses e criticou o alto percentual de despesas obrigatórias, reclamando que não se pode demitir nem usar remuneração por mérito.

O professor Fernando Rezende, da FGV, defendeu a competitividade dos estados na aplicação dos recursos, o que classifica como eficiência microeconômica. Ele chamou a atenção para o fato de que a participação dos estados no bolo dos recursos tem diminuído nos últimos anos. Para o economista, melhorar a carga tributária é tornar a gestão de recursos mais eficiente.

— A questão da gestão pública está umbilicalmente ligada ao federalismo brasileiro — disse.

## Defesa sanitária animal em Rondônia é exemplo, diz Tomás

Tomás Correia (PMDB-RO) elogiou o Sistema de Defesa Sanitária de Rondônia. O estado foi declarado livre de febre aftosa pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2003. Atualmente, mais de 99% do rebanho bovino do estado é imunizado semestralmente durante as campanhas de vacinação.

De acordo com o senador, os bons resultados alcançados pela Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril de Rondônia são consequência da permanente preocupação do governador Confúcio Moura com a questão.

Ele também atribuiu os resultados às gestões dos ex-governadores Valdir Raupp, José Bianco, Ivo Cassol e João Aparecido Cahulla, além do engajamento dos próprios produtores rurais.

— Rondônia vem fazendo um excelente trabalho nessa área, e o governador Confúcio Moura vem mantendo essa firmeza de trabalho e a garantia e a segurança da vacinação — disse Tomás.

O Sistema de Defesa Sanitária é, conforme observou o senador, fundamental para o estado, cuja economia é em grande parte dependente da pecuária. Rondônia tem o sétimo maior rebanho nacional.

Associação do setor, que reúne mais de cem editoras, completou 25 anos; senadores afirmaram que livros editados pelas universidades têm grande importância na difusão do conhecimento



Senador Tomás Correia discursa na sessão em homenagem aos 25 anos de instituição dedicada a livros científicos

## Congresso faz homenagem a editoras universitárias

OS 25 ANOS da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu) foram comemorados na sexta-feira, em sessão solene do Congresso Nacional.

A Abeu congrega 106 editoras. Os principais produtos são os livros técnico-científicos e os pedagógicos.

A homenagem foi pedida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e pela deputada Fátima Bezerra (PT-RN). Segundo Cristovam, as editoras universitárias têm grande responsabilidade na divulgação de ideias pelo país.

Para o presidente da Abeu, José Castilho Marques Neto,

um dos maiores problemas do país é a falta de leitura:

— Se centrarmos esforços cada vez maiores na formação de leitores, seguramente teremos um país melhor, um país que se compreende, que estimula o diálogo, que preserva a democracia de maneira consciente.

Ele sugeriu que o Brasil profissionalize o trabalho dos editores. Marques Neto disse que, em países como a Inglaterra, editoras universitárias são consideradas uma das finalidades das universidades. Para que isso também ocorra no Brasil, ele propôs a

Cristovam um projeto de lei estabelecendo os objetivos das editoras universitárias.

O senador Tomás Correia (PMDB-RO) afirmou que as editoras universitárias precisam ser mais divulgadas para a população.

Ao encerrar a homenagem, Cristovam disse que também é desafio das editoras trabalhar pela erradicação do analfabetismo, incluindo o funcional (quando se consegue ler, mas não interpretar as informações).

— É preciso habituar-se a ler. Sem leitores, não se vendem livros — afirmou.

## Mozarildo vai propor carreira de juiz eleitoral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que vai apresentar um projeto de lei para acabar com a temporalidade da função de juiz eleitoral. Segundo o parlamentar, a Justiça Eleitoral tem estrutura, com prédios e funcionários concursados, mas não tem juízes próprios.

Mozarildo explicou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é composto por integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para um mandato de dois anos. Ele defende concurso e carreira de juiz eleitoral.

— Tudo o que é temporário tende a trabalhar não com a eficiência que poderia. O juiz fica dois anos e, quando começa a ter experiência, é substituído. Isso não faz com que, no espírito claro da Justiça, se exerça justiça efetiva.

Como exemplo da lentidão em razão da rotatividade, o senador citou processos das eleições de 2010 sem julgamento — os tribunais estão “abarrotados” em razão da Lei da Ficha Limpa e parados porque se prioriza a atual eleição.



Genildo Magalhães/Agência Senado

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### Audiências públicas, aprovação de projetos e sabatina movimentaram a agenda

**AS COMISSÕES DO** Senado tiveram agenda movimentada, na última semana, com a retomada do ritmo normal depois do primeiro turno das eleições. Foram realizados debates públicos sobre vários temas e votados diversos projetos de lei.

Na terça-feira, a comissão temporária que examina a modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) debateu a necessidade de regras para publicidade infantil. O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), defendeu que o Brasil tenha uma legislação sobre o assunto, a exemplo de vários países. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informou que a Secretaria Nacional do Consumidor assinou convênio com a Unesco para estudar a questão.

No mesmo dia, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reuniu representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir a unificação de informações sobre recursos públicos destinados à Copa de 2014. CGU e CMA mantêm sites sobre o assunto.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 764/11, que permite às empresas instaladas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) destinarem ao mercado interno até

40% do que produzem. Hoje o limite é de 20%. O texto aprovado é um substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) a projeto de Lídice da Mata (PSB-BA).

Outras aprovações importantes aconteceram na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 270/12, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), dá aos serviços culturais de empresas enquadradas no Simples Nacional o mesmo tratamento tributário oferecido às exportações de mercadorias. E o PLS 504/11, de Humberto Costa (PT-PE), limita o número de alunos por sala: até 25 em turmas de pré-escola e dos dois anos iniciais do ensino fundamental e até 35 nos anos seguintes, incluindo o ensino médio.

#### FGTS

Sindicalistas e representantes das montadoras de veículos debateram, na terça-feira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) formas para assegurar competitividade do setor sem demissões. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse estar convencido de que serão evitadas as 1.600 demissões anunciadas pela GM em São José dos Campos (SP).

Na quarta, foi definida a prorrogação da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O novo prazo para conclusão dos trabalhos é o final de 2013.



Herman Benjamin (STJ), senador Rollemberg e ministro José Eduardo Cardozo em debate sobre Código do Consumidor

O grupo examina a sustentabilidade financeira do fundo.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, também na quarta, substitutivo da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) ao PLS 284/11, de Waldemir Moka (PMDB-MS), regulamentando a profissão de cuidador de pessoa idosa. No dia seguinte, em debate na CDH sobre o Estatuto do Idoso, especialistas alertaram para a ameaça a benefícios previstos na legislação, como meia-entrada em eventos e gratuidade no transporte.

Por sua vez, a Comissão de Infraestrutura (CI) acatou o PLC 310/09, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), cujo objetivo é reduzir

tarifas. E aprovou o fim da exigência de unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para concessão de incentivos fiscais sobre ICMS, proposta de Ricardo Ferraço (PLS 170/12 — Complementar).

#### CPI PRORROGADA

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou na quarta o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 141/10, que determina que, ao serem encerradas, clínicas de radiologia comprovem que possível radiação residual não traz riscos para novos usuários do espaço.

Na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), parlamentares, governo e entidades debateram, na quinta, as políticas que o Brasil apresentará à Conferência das Partes

(COP-18) sobre o clima, marcada para novembro, em Doha, no Catar.

Ainda na quinta, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou os nomes de três diplomatas para dirigir embaixadas: Ana Maria Fernandes para a Namíbia, Affonso Massot para o Líbano e Arnaldo D'Oliveira para o Níger.

Líderes partidários no Congresso decidiram, na terça, prorrogar a CPI que investiga organização comandada por Carlinhos Cachoeira. Só falta marcar o novo prazo, decisão a ser tomada no dia 30.

Reunida na quarta, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sabatinou o juiz Teori Zavascki e aprovou sua indicação para o Supremo Tribunal Federal. Decisão final será do Plenário.